

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.253 - SC (2019/0302207-8)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
VANESSA MORITZ LUZ - MT023305B
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : JACSON ROBERTO VALENTE (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

JACSON ROBERTO VALENTE aponta ilegalidade no acórdão proferido pelo Tribunal *a quo* no Agravo em Execução n. 0008773-06.2019.8.24.0008, em que **foi mantida a decisão proferida pelo Juízo das Execuções, que deferiu 154 dias de remição.**

Nas razões desta impetração, a defesa alega que o reeducando "aprovado no ENCCEJA tem direito à remição de pena de 50% da carga horária definida legalmente par ao ensino fundamental" (fl. 9). Nesse sentido, explica que a aprovação total no referido programa "dá direito à remição de 133 dias (mais 1/3): 1.600 horas equivalentes aos 50% da carga horária do ensino fundamental divididos pelas 12 horas de estudo que servem à remição de 1 dia de pena ($1.600/12=133$ dias) acrescidos da bonificação de 1/3 pela conclusão do ensino fundamental ($1/3$ de 133 dias = 44 dias), resultando em 177 dias a serem remidos" (fl. 12).

Requer, liminarmente, **o reconhecimento da remição de 133 dias**, pela aprovação total no ENCCEJA/2017 (ensino médio) e de 177 dias pela aprovação total no ENCCEJA/2014 (ensino fundamental), **tendo em vista que o paciente foi aprovado em todas as áreas de conhecimento**, até julgamento do *writ*.

Decido.

Sem razão a impetrante.

A teor do art. 126 da LEP, o condenado que cumpre a pena

Superior Tribunal de Justiça

em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.

A contagem de tempo será feita à razão de **1 dia de pena a cada 12 horas de frequência escolar** – atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional – divididas, no mínimo, em 3 dias.

O paciente estudou por **conta própria** e realizou o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos - ENCCEJA. Obteve a aprovação em todas as áreas de conhecimento do nível fundamental e do ensino médio.

O art. 1º, IV, da Recomendação n. 44/2013, do CNJ, estabelece a seguinte diretriz aos tribunais:

na hipótese de o apenado não estar, circunstancialmente, vinculado a atividades regulares de ensino no interior do estabelecimento penal e realizar estudos por conta própria, ou com simples acompanhamento pedagógico, logrando, com isso, obter aprovação nos exames nacionais que certificam a conclusão do ensino fundamental Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) ou médio Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a fim de se dar plena aplicação ao disposto no § 5º do art. 126 da LEP (Lei n. 7.210/84), considerar, como base de cálculo para fins de cômputo das horas, visando à remição da pena pelo estudo, 50% (cinquenta por cento) da carga horária definida legalmente para cada nível de ensino [fundamental ou médio - art. 4º, incisos II, III e seu parágrafo único, todos da Resolução n. 03/2010, do CNE], isto é, 1600 (mil e seiscentas) horas para os anos finais do ensino fundamental e 1200 (mil e duzentas) horas para o ensino médio ou educação profissional técnica de nível médio;

Não há dúvida ou ambiguidade no texto da recomendação. Por expressa disposição do CNJ, deve ser considerada na base de cálculo da remição 50% da carga horária definida legalmente para cada nível de ensino, de acordo com os arts. 4º, II e III da Resolução n. 3/2010 do CNE.

Superior Tribunal de Justiça

É incabível a aplicação da Lei n. 9.394/1996, que traz diretriz que não se encaixa na pessoa presa, maior de 18 anos. A norma em apreço não é citada na recomendação do CNJ e dispõe somente sobre a "educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade" (art. 4º, I).

Confira-se:

[...]

1. A interpretação mais ampla do art. 126 da LEP, de acordo com a Recomendação n. 44/2013 do CNJ, permite a remição da pena pelo estudo ao apenado não vinculado a atividade regular de ensino que obtém, por esforço próprio, aprovação em exame nacional (ENEM) que certifique o ensino médio a jovens e adultos.

2. O Juiz deverá considerar, segundo expressa previsão do art. 1º, IV, da Resolução n. 44/2013 do CNJ, "50% (cinquenta por cento) da carga horária definida legalmente para cada nível de ensino [fundamental ou médio - art. 4º, incisos II, III e seu parágrafo único, todos da **Resolução n. 03/2010, do CNE**], isto é, [...] 1.200 (mil e duzentas) horas para o ensino médio".

3. A **Lei n. 9.394/1996 - que estabelece carga horária mínima de 2.400 horas para o ensino médio - não pode ser aplicada ao preso, por estabelecer diretrizes nacionais de "educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade" (art. 4º, I). Ao sentenciado são aplicáveis as regras específicas de educação de jovens e adultos, as quais contém previsão de duração menor do ensino médio (1.200 horas).**

4. Para o cálculo da remição devem ser observados os termos do art. 126, § 1º, I, e § 5º e a Recomendação n. 44/2013 do CNJ, de forma a ser considerada como base de cálculo 50% da carga horária definida legalmente para o ensino médio de jovens e adultos, de 1.200 horas. Divide-se o total obtido, 600 horas, por 12 (um dia de pena para cada doze horas), o que resulta 50 dias de remição.

5. Não há ilegalidade na decisão do Juízo das Execuções que, em razão da aprovação do apenado em três das cinco áreas de conhecimento do ENEM, declarou remidos, proporcionalmente, 30 dias da pena a cumprir.

6. Ordem denegada.

(**HC n. 420.682/SC**, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T.,

Superior Tribunal de Justiça

DJe 11/5/2018).

A Resolução n. 3/2010 do CNE, por sua vez, institui "Diretrizes Operacionais para a **Educação de Jovens e Adultos** nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA". Estabelece:

Art. 4º Quanto à duração dos cursos presenciais de EJA, mantém-se a formulação do Parecer CNE/CEB nº 29/2006, acrescentando o total de horas a serem cumpridas, independentemente da forma de organização curricular:

[...]

II - para os anos finais do Ensino Fundamental, a **duração mínima deve ser de 1.600 (mil e seiscentas) horas;**

Então, repita-se, a Lei n. 9.394/1996 não pode ser aplicada ao apenado, por estabelecer diretrizes nacionais de "educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos **17 (dezessete) anos de idade**" (art. 4º, I). Ao maior de 18 anos de idade, preso ou em liberdade, são aplicáveis as regras específicas da **Resolução n. 03/2010, do CNE**. Esse é o teor expresso da Recomendação n. 44/2013.

À vista do exposto, com fulcro no art. 34, XX, do RISTJ, **denego o habeas corpus, in limine.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**